

RESUMO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA AUDIÊNCIA DE 13/02/2023

Pergunta n°01	Luciano Bellini	1. Época de extravasão nos períodos de cheia, e mata ciliar de modo a proteger o nível dos lençóis freáticos.
---------------	-----------------	---

Pergunta n°02	Hélio Rubens G. Figueiredo	1. Em cada novo projeto a ser analisado pelo Grupo Técnico de Licenciamento Ambiental – GTLA, continuará a ser exigida a apresentação do Estudo de impacto de Vizinhança – EIV, devendo em cada situação ser avaliado quanto a necessidade de contrapartidas como adaptação ou melhorias quanto a infraestrutura já existente no local.
---------------	----------------------------	---

Pergunta n°03	Sergio Ferreira	1. Sugestão para incentivo de trazer mais empresas, empregos, infraestrutura e mais habitações respeitando ainda o Meio Ambiente.
---------------	-----------------	---

Pergunta n°04	Odete Ukai	<p>1. Além da mão de obra a ser contratada pelas construtoras, existe ainda em função da Lei Municipal nº 1332/2002, quanto ao incentivo fiscal; Em atendimentos efetuados já se mostrou por várias vezes, ser preocupação de algumas indústrias a falta de moradias próximas às áreas do Eixo Empresarial Metropolitano, o que dificulta o atendimento das exigências da referida Lei em compor o mínimo de 60 % do quadro de funcionários a serem ocupadas por moradores desta cidade.</p> <p>2. Independentemente de qualquer alteração ora prevista no Plano Diretor, as nascentes sempre são preservadas em todos os projetos devidamente licenciados.</p> <p>3. A avaliação do impacto depende do interesse de mercado imobiliário em investir na região; como a macrozona é muito heterogênea seja em fisiografia, seja quanto infraestrutura irão existir áreas mais ou menos atrativas. Neste aspecto, cada empreendimento que se deseja implantar deve individualizar seu estudo, porém, a tendência será a de se buscar a proximidade com as áreas mais urbanizadas e equipadas.</p> <p>4. A Análise Ambiental a ser efetuada em cada situação continuará seguindo as Legislações Ambientais específicas bem como a própria Lei 12.233/2006 e o Decreto 51.686/2007 que se tratam de diretrizes específicas do Estado para com a Bacia do Guarapiranga.</p>
---------------	------------	--

Sugestão n°05	Jumara Bocatto	(Manifestação da base de dados)
---------------	----------------	---------------------------------

Pergunta	Monica	1. Cada empreendimento de grande porte Licenciado terá seu
----------	--------	--

RESUMO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA AUDIÊNCIA DE 13/02/2023

nº06		Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV publicado no site da Prefeitura para consultas públicas.
		2. Diante de cada EIV será considerado pelo Órgão Licenciador, podendo assim ser exigidas como contrapartidas melhorias específicas conforme a necessidade daquela região.

Sugestão nº07	Péglis G. F. Rodrigues	(Manifestação da base de dados)
---------------	------------------------	---------------------------------

Sugestão nº08	Vinícius Martins de Oliveira	(Manifestação da base de dados)
---------------	------------------------------	---------------------------------

Sugestão nº09	Odete de Oliveira Monteiro	1. A avaliação do impacto depende do interesse de mercado imobiliário em investir na região; como a macrozona é muito heterogênea seja em fisiografia, seja quanto infraestrutura irão existir áreas mais ou menos atrativas. Neste aspecto, cada empreendimento que se deseja implantar deve individualizar seu Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, porém, a tendência será a de se buscar a proximidade com as áreas mais urbanizadas e equipadas. Cada EIV dos empreendimentos devidamente licenciados, será disponibilizado no site da Prefeitura para consulta pública.
		2. Diante de cada EIV será considerado pelo Órgão Licenciador, podendo assim ser exigidas como contrapartidas melhorias específicas conforme a necessidade daquela região.

Sugestão nº10	Elizabete Rodrigues Maciel Dias	1. Independentemente de alterações do Plano Diretor, todas as Legislações Ambientais continuarão sendo seguidas na análise dos Licenciamentos. É importante enfatizar ainda que o incentivo à ocupação regrada será um ganho ambiental a longo prazo, uma vez que como consequência irá desestimular o aumento das ocupações e parcelamentos irregulares dentro do território Municipal.
		2. Sempre que tecnicamente necessário, será exigida sondagem do solo para constatação pelo técnico responsável pelo projeto e execução da obra, de modo a garantir a estabilidade da estrutura, bem como a preservação de possíveis lençóis mais rasos.

Sugestão nº11	Hilton Kejitatada	1. As compensações Ambientais, continuarão a ser efetuadas conforme disposto na legislação vigente, com áreas verdes gravadas dentro do território da Bacia do Guarapiranga
		2. Independente das alterações propostas para o Plano Diretor, continuarão a ser tidas como exigências do Órgão Licenciador, as questões ambientais dispostas em Legislação Específica, bem como os estudos de drenagem em cada caso específico.

Sugestão	Rosemar	1. Em função da preservação de nossos mananciais foi criada a Lei
----------	---------	---

RESUMO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA AUDIÊNCIA DE 13/02/2023

nº12		Estadual 12.233/2006 e o Decreto 51.686/2007, Legislação esta Específica para o território da Bacia do Guarapiranga. Atualmente com o avanço tecnológico é possível, dentro do que a Legislação e Normas Técnicas determinam, reduzir grandemente os impactos mesmo nas novas indústrias e acarretando assim no ganho quanto ao desenvolvimento da cidade de modo regrado e organizado, sempre preservando os recursos naturais.
------	--	---

Sugestão nº13	Carla Ramos	1. Em momento algum foi indicada qualquer manifestação do Órgão Público que pudesse ser atribuída desta maneira. O maior objetivo da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, instituído por meio do Decreto 2468/2015 como Órgão Licenciador através do Grupo Técnico de Licenciamento Ambiental – GTLA; Sempre teve como objetivo principal a preservação dos recursos naturais na Cidade, o que vem sendo uma luta diária e árdua desta Secretaria por anos. Assim sendo, exigimos em nossos Licenciamentos a ocupação de forma regrada, atendendo as Leis Específicas, seja no âmbito Municipal, Estadual e Federal.
------------------	-------------	---

Pergunta nº14	Luciana Barbosa do Nascimento	1. A avaliação do impacto depende do interesse de mercado imobiliário em investir na região; como a macrozona é muito heterogênea seja em fisiografia, seja quanto infraestrutura irão existir áreas mais ou menos atrativas. Neste aspecto, cada empreendimento que se deseja implantar deve individualizar seu estudo, porém, a tendência será a de se buscar a proximidade com as áreas mais urbanizadas e equipadas. 2. O incremento paulatino da demanda por serviços públicos ocorre mais ordenadamente quando se acompanha o crescimento populacional projetado, o que não ocorre com as sucessivas invasões e ocupações irregulares de áreas que geram um passivo social muito maior, inclusive, pela menor arrecadação de tributos. 3. A aprovação das correções pode diversificar o interesse do mercado imobiliário, porém, o maior valor dos imóveis próximos a rodovia, a posição da infraestrutura atual e a manutenção das regras restritivas do licenciamento integrado em área de mananciais não representam um estímulo tão grande.
------------------	-------------------------------	---

Pergunta nº15	Debora Pastro	1. A avaliação é de que a maior demanda ocorra próxima aos locais mais urbanizados e dotados de maior estrutura de comércio e serviços, coincidindo com a atual posição do saneamento. Da mesma forma, por razões de mercado não se aguarda uma demanda tão agressiva. 2. O projeto da ANTT existe há vários anos e tem sido debatido pelos municípios, inclusive pelo Conisud para que se evite a ocupação das marginais, uma vez que não se prevê transporte de alta capacidade para a região. 3. Existe uma tendência de mercado que aponta, em função da renda da população de nossa região um limitador ao tipo de empreendimento proposto em seu valor final. Por outro lado, existe
------------------	---------------	--

RESUMO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA AUDIÊNCIA DE 13/02/2023

		<p>demanda reprimida para unidades regulares em função da baixíssima oferta, situação que induz à ocupação informal e eventualmente criminosa do território.</p> <p>4. A ocupação deve acompanhar o plano de prevenção de riscos e a carta geológica especificamente feita para o município com esta função.</p>
Pergunta nº16	Wesley	<p>1. A Defesa Civil local segue um programa integrado pelos demais municípios e o Estado, com coordenação regional para a prevenção de grandes desastres. A função preventiva também envolve a ação de outros setores de fiscalização</p> <p>2. Até onde é do nosso conhecimento tratou-se de um remanejamento interno da Polícia Militar, sem um prazo definido. Porém a Prefeitura faz gestões junto à Secretaria de Agricultura para a participação da GCM em patrulhas rurais.</p>
Pergunta nº17	Guilherme Grassmann	<p>1. Sugestão para ajustar a redação do projeto de lei para que fique claro a condição das áreas mais frágeis ambientalmente e que será mantido o padrão e as garantias do licenciamento ambiental integrado</p>
Pergunta nº18	Ricardo s.	<p>1. Sugestão para que o projeto não prossiga uma vez que, segundo ele, a população está contra.</p>
Pergunta nº19	Diego Reinaldo da Silva	<p>1. Moção de apoio ao projeto de lei.</p>
Pergunta nº20	Ricardo S.	<p>1. Sugestão para que o projeto não prossiga uma vez que, segundo ele, a população está contra.</p>
Pergunta nº21	Adriana Abelhão	<p>1. Sugestão para que o projeto não prossiga uma vez que, segundo ela, há riscos ambientais de vulto.</p>
Pergunta nº22	Dirceu F. Ferreira	<p>1. Moção contra o projeto de lei; sugestão para a implantação de área de lazer</p>

RESUMO DAS RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS DA AUDIÊNCIA DE 13/02/2023

Pergunta nº23	Erlon Chaves de Castro	<p>1. Moção contrária ao projeto; questionou a ausência do prefeito na audiência.</p>
Pergunta nº24	Fernando P. Chaves	<p>1. Sugestão para que o debate do projeto de lei seja feito na Câmara em conjunto com a população.</p>